CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

Sessão

Nova mesa diretora do TCE-GO toma posse no dia 5 de dezembro

03/12/2018 19:06 ··· Por Redação ··· Edição 2264

Celmar Rech presidirá o Tribunal no biênio 2019-2020. Saulo Mesquita será o vice-presidente e Helder Valin assume a Corregedoria Geral



Foto: Divulgação

A sessão plenária desta quarta-feira (5/12) será marcada pela cerimônia de posse da nova mesa diretora do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

A solenidade confirmará a eleição do conselheiro Celmar Rech para a presidência do TCE-GO no biênio 2019-2020 e de seus pares Saulo Mesquita como vice-presidente e Helder Valin como corregedor geral.

Rech somente assumirá o posto em definitivo em janeiro de 2019. Por enquanto, o atual vice-presidente da casa atua em conjunto com uma comissão de transição designada para subsidiar a troca de gestão na Corte.

Assim como as demais sessões plenárias, a posse da nova mesa diretora se realizará às 15 horas, no Plenário do TCE-GO, e será aberta ao público.

DIÁRIO DA MANHÃ 04/12



Helton Lenine
Da editoria de Política

Caiado garante incentivos fiscais

Governador eleito volta a se reunir com empresários e deputados estaduais para tratar da proposta de convalidação e a situação fiscal do Estado; negociações com setor produtivo avançam

O senador e governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) assegurou que Goiás não perderá competitividade com o projeto de convalidação dos incentivos fiscais proposto pelo novo governo. Em entrevista coletiva, ontem, o democrata confirmou que chegará a um acordo com representantes do setor produtivo.

A declaração foi dada após reunião com a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), que contou com a presença de parlamentares e integrantes da equipe de transição. "A restituição dos incentivos está convalidada. E nós vamos ter, também, dentro de uma análise criteriosa, que cada setor vai ter uma parcela, maior ou menor, de redução de acordo com aquilo que o Estado concedeu no decorrer desses anos. Goiás não vai deixar, de maneira alguma, de ser competitivo. Nem vai deixar de ser um dos estados que mais concedem incentivos do país. Essa é a realidade", argumentou.

O governador eleito tem se reunido com representantes do setor produtivo, deputados e técnicos para discutir uma nova proposta de concessão de incentivos fiscais, baseada em estudos criteriosos e ainda em recomendações dos órgãos de fiscalização.

De fato, em novembro do ano passado, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) expediu uma determinação para que o governo reduzisse em 12,5% os benefícios concedidos a empresas e indústrias, por meio dos diversos programas, como o Fomentar e o Produzir.

No entanto, os governos de Marconi Perillo e José Eliton (ambos do PSDB) não cumpriram a determinação e o último encaminhou projeto de lei que reinstituiu os incentivos fiscais da maneira como estão atualmente. "A situação fiscal de nosso Estado é calamitosa, extremamente preocupante. E neste momento a única saída que é apresentada ao Estado de Goiás é um novo regime de recuperação fiscal. Para isso nós temos que tomar algumas medidas e pretendo fazer reuniões no decorrer desta semana com o ministro da economia, Paulo Guedes, para buscar uma alternativa", revelou.

DIVULGAÇÃO



Ronaldo Caiado ouve empresários, conversa com deupatados e avaliza ajustes no projeto que covalida incentivos fiscais em Goiás

Ronald Caiado se refere ao descumprimento das medidas firmadas junto ao governo federal em 2016, que permitiram uma renegociação da dívida de Goiás com a União. Entre os termos do acordo estavam a limitação dos gastos públicos e o pagamento em dia das parcelas renegociadas.

Como o atual governo não pagou pelo menos a parcela referente ao mês de setembro na data prevista, como informado pela própria Secretaria do Tesouro Nacional, não resta alternativa para a próxima gestão senão buscar um novo acordo com a União, sob pena de ter que voltar a pagar o montante anterior à renegociação – que é pelo menos o dobro do valor descontado.

Questionado de como seria essa renegociação da dívida, o governador eleito preferiu não avançar o sinal. "Isso será feito em uma reunião que teremos com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda, para podermos avançar. Nesse período temos de fazer nossa parte para irmos adequando o Estado para uma condição que evolua para sermos também enquadrados dentro desse um novo regime fiscal", projetou.

A expectativa dos técnicos da transição é que haja, somente de déficit fiscal em 2018, um rombo de R$ 3,6 bilhões nas contas públicas.

Justamente por isso Caiado voltou a se reunir com os deputados estaduais para demonstrar a importância de adotar medidas de austeridade fiscal tanto para a administração pública quanto para o setor privado, que recebe incentivos fiscais muito acima da média de outros Estados do mesmo porte como Goiás. "Avançamos muito mesmo. [Os empresários] Foram extremamente compreensivos dentro do quadro do Estado e só tenho a agradecê-los. Reforço: não há risco de perda de empresas, até porque Goiás continua extremamente competitivo", assegurou.

Goiás é o segundo Estado no ranking de renúncia fiscal per capita, deixando de arrecadar R$ 1.132 por cada habitante, atrás apenas do Amazonas – onde se localiza a Zona Franca de Manaus. Em terceiro lugar, bem distante, está Santa Catarina, com índice de R$ 716 per capita. A proposta do governo democrata, apresentada por meio de substitutivo do deputado estadual Lívio Luciano (Podemos), reduz alguns índices de benefícios concedidos por meio dos programas Produzir e Fomentar. "Não há corte único. A redução é feita por setor. Não dá para fazer uma base única sobre todos, por isso estamos analisando e desenvolvendo um projeto para que não haja discrepância e nem um corte prejudicial. Vamos garantir a competitividade de nossos setores produtivos diante de outros Estados da federação", reiterou.

Por fim, o governador Ronaldo Caiado disse que o anúncio do secretariado ficará para o momento oportuno e que, neste momento, está focado nos problemas "emergenciais".

DIÁRIO DA MANHÃ 04/12

Sindifisco mostra que Goiás é estado que mais dá benefícios fiscais no Brasil

Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco) apresenta estudo que mostra poucos ganhos de Goiás com benefícios concedidos aos empresários



Jackeline Osório
Da editoria de Política

DIVULGAÇÃO



Distrito Agroindustrial de Anápolis

O Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco) divulgou um ranking dos estados e respectivos valores de renúncia fiscal em que Goiás aparece no topo com as maiores perdas. O goianos renunciam mais até mesmo do que o Amazonas, conhecido por ter a Zona Franca de Manaus.

O sindicato reúne profissionais especializados em contas e arrecadação, que entendem em profundidade os processos de arrecadação de Goiás. Para o sindicato, incentivar empresas com renúncia fiscal "só faz sentido se isso não inviabilizar as contas públicas". O sindicato diz que na situação inversa, todos perdem.

Pelos dados divulgados pelo Sindifisco, a renúncia fiscal de Goiás chegou a R$ 9.983.042.805 em 2017. O Amazonas aparece com R$ 6.420. 255. 000, seguido do Mato Grosso com R$3.565.724.702. Outra medida realizada pelo sindicato mostra que Goiás teve um percentual de renúncia, em relação à Lei de Orçamento Anual (LOA), de 35,96%. A média dos demais estados, diz o estudo, não passou de 5,77%. Já a média de Goiás é seis vez maior do que as demais unidades da federação.

O debate sobre renúncia e benefícios fiscais começou no ano passado quando o Governo de Goiás, através do então governador Marconi Perillo (PSDB), sugeriu que fosse modificada a planilha de incentivos com redução em alguns segmentos. Neste ano, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) orientou que fossem cortados pelo menos 12,5 % dos benefícios; depois reduziu para 9%. Cada segmento conta com valores diferentes.

No levantamento do Sindifisco, o que Goiás perde com os benefícios (R$ 9,98 bilhões/ previsão para 2019) daria quase que para custear os maiores gastos do governo com os goianos: educação (R$ 6,34 bi), segurança pública (R$ 2,83 bi) e saúde (R$ 2,74 bi).

Diante da grave crise econômica de Goiás, motivada inclusive pela baixa arrecadação, o Estado passou a não ter outra alternativa e rediscutir os benefícios. No momento Goiás não tem dinheiro em caixa para pagar salários de servidores.

O governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) tem reconhecido que o segmento empresarial é fundamental para o crescimento econômico de Goiás, inclusive com geração de empregos, mas não poderá interferir em um debate que o antecede e que envolve toda a sociedade. A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) deve votar nos próximos dias uma nova proposta, que contemple os empresários, mas que não esteja fora dos limites impostos pelo TCE.

COMPARAÇÃO

O estudo do Sindifisco sugere que os benefícios fiscais, devido o volume perdido pelo povo goiano, não impulsiona Goiás dentre os destaques nos indicadores sociais. A aproximação dos dados envolve o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), parâmetro usado para analisar as condições e qualidade de vida de uma povo. Na comparação: apesar de Goiás conceder um volume imensamente maior de benefícios fiscais do que Mato Grosso, ainda, sim, está atrás em IDH.

O mesmo acontece com Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Distrito Federal e tantos outros estados. A qualidade do IDH não depende diretamente do volume de incentivos, mas os fiscais querem mostrar que o Estado, com ou sem incentivos, não se apresenta bem em relação aos governos que ofertam piores condições de atuação para os empresários.

No levantamento do Sindifisco, o que Goiás perde com os benefícios (R$ 9,98 bilhões/ previsão para 2019) daria quase que para custear os maiores gastos do governo com os goianos: educação (R$ 6,34 bi), segurança pública (R$ 2,83 bi) e saúde (R$ 2,74 bi).

TOCANTINS

O estudo mostra que os gastos excessivos com renúncia fiscal não contribuem decisivamente para a qualidade de vida da população. O melhor exemplo é comparar três estados: Goiás, Amapá e Tocantins. O primeiro é o campeão dos benefícios; os demais estão na lista dos que dez estados que menos oferecem benefícios fiscais. Na lista do IDH, ambos estão praticamente empatados em termos do índice que mede educação, saúde e renda.

A Lei Estadual 13.591/2000, que instituí o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), tem como "objeto social" a redução das "desigualdades sociais e regionais", que, em última instância, deveria impactar o IDH.

Goiás a dotou o sistema de incentivos ainda na década de 1980, com o programa Fomentar, instituído na gestão de Iris Rezende (MDB).

PREVISÃO DE GASTOS EM 2019 NO ESTADO DE GOIÁS

- Saúde – R$ 2,74 bilhões
- Segurança Pública – R$ 2,83 bilhões
- Educação – R$ 6,34 bilhões
- Benefícios fiscais – R$ 9,98 bilhões

PERCENTUAL DE RENÚNCIA FISCAL NAS RECEITAS

- Anos: 2013 -2014–2015 -2016
- Goiás – 33,48%–30, 80%–30,64%–35,95%
- Mato Grosso – 4,87%–4,07%–6,83%–6,41%
- São Paulo – 7,02%–6,65%–7,33%–7,04%
- Bahia – 7,88%–8,16%–8,22%–7,93%

CAMPEÕES DA RENÚNCIA FISCAL

- 1- Goiás-R$ 9.983.042.805
- 2- Amazonas-R$ 6.420. 255. 000
- 3- Mato Grosso-R$3.565.724.702

DIÁRIO DA MANHÃ 04/12

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

COLAPSO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Economia do Estado é, hoje, um cenário de terra arrasada

- Programa Bolsa Universitária teria, hoje, um débito estimado de R$ 63 milhões. Com as instituições de ensino privadas
- Organizações Sociais, a OSs, que prestam serviços para a SES, a Secretaria de Estado da Saúde, cobrariam do Estado: R$ 280 mi
- A Seduce estaria com dificuldades de caixa para quitar a sua dívida, que rondaria, em dezembro de 2018, a casa dos R$ 50 mi
- Nem mesmo a moderna Agência Brasil Central, a ABC, refundada em novos paradigmas, escapa ilesa do festival de débitos: 4 meses



Governador José Eliton

DIVULGAÇÃO

Renato Dias
Da editoria de Política

- Um quadro de terra arrasada.

É o cenário das finanças públicas do Estado de Goiás, em dezembro de 2018. Como apontam os números a que o Diário da Manhã obteve acesso com exclusividade. As diferenças podem ser mínimas. Por exemplo: o Programa Bolsa Universitária teria, hoje, um débito estimado de R$ 63 milhões. Com as instituições de ensino privadas. Estudantes chegaram a ser impedidos de matricularem-se em determinadas IES. Os valores reduzem o fluxo de caixa das empresas.

- Organizações Sociais, a OSs, que prestam serviços para a SES, a Secretaria de Estado da Saúde, cobrariam do Estado a bagatela de R$ 280 milhões. [Para mais ou para menos]

RECESSÃO ECONÔMICA

A recessão econômica advinda com o golpe frio, líquido, pós-moderno, do ano turbulento de 2016, no Brasil, com o impeachment, sem crime de responsabilidade, da presidente da República, Dilma Rousseff, que teve o aval do Congresso Nacional eleito em 2014 com recursos empresariais, Caixa 2, como atestam as investigações da Procuradoria da República e da Polícia Federal, a redação dos repasses aos Estados, a volta da inflação e dólar alto agravaram a crise.

- A Seduce [Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes] estaria com dificuldades de caixa para quitar a sua dívida, que rondaria, em dezembro de 2018, a casa dos R$ 50 milhões.

Nem mesmo a moderna Agência Brasil Central, a ABC, refundada em novos paradigmas, escapa ilesa do festival de débitos. Relatório que a reportagem do DM devorou aponta quatro meses de atraso no pagamento dos fornecedores da empresa. A ABC envolve a RBC [Rádio Brasil Central AM & FM], a TV Brasil Central, Diário Oficial do Estado e um site da ex-Agecom. Apesar dos esforços para a manutenção, em dia, dos pagamentos das despesas da estatal.

- Artistas, intelectuais e produtores culturais reclamam que R$ 27 milhões de projetos aprovados desde 2017 do Fundo Estadual de Cultura, irdeado à receita, não foram pagos.

> **Tribunal de Contas do Estado de Goiás, TCE-GO, determinou à Casa Verde um corte de 9% no montante dos incentivos fiscais"**

AGETOP

A Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, a Agetop, alvo de pelo menos três escândalos de corrupção nos últimos tempos, teria acumulado um débito de R$ 500 milhões, informa com exclusividade uma fonte do órgão com acesso especial às contas públicas. Até a Polícia Militar do Estado de Goiás, a PM-GO, enfrenta dificuldades para manter em dia as suas missões institucionais. Com um corte agudo de 25% nos gastos com combustíveis. Amargo.

- A Saneago, mesmo com dívidas, consegui repactuá-las. O Programa de Demissão Voluntária [PDV] contributu sobremaneira para a reengenharia financeira da empresa de saneamento de Goiás.

O 'Programa Goiás na Frente' poderá terminar o exercício financeiro de 2018 com ausências de repasses de 62%. A Secretaria de Estado da Cidadania também contém um débito elevado a pagar. Recursos do Tesouro. O funcionalismo público estadual corre o risco de não receber o pagamento do mês de dezembro. O Palácio das Esmeraldas e a Secretaria de Estado da Fazenda, com os salários de novembro, tiveram de criar um escalonamento especial de quitação

- A partir do dia 6 de dezembro.

FUNCIONALISMO

Uma informação estarrecedora é que o Governo do Estado de Goiás não estaria transferindo os recursos para as empresas que concedem empréstimos e créditos consignados aos servidores públicos. O que é grave. Convênios do Estado com prefeituras municipais, na área de transporte escolar, estão sob sério risco. Informe relata que a administração pública estadual, a Sefaz, deveria, em cálculos atualizados, R$ 120 milhões às 246 prefeituras municipais de Goiás.

- No Rating da Secretaria do Tesouro Nacional, Goiás aparece na Letra C. Não poderá sequer contrair empréstimos. Para sanear as finanças públicas. É o que apurou o Diário da Manhã.

Com os incentivos fiscais, o Estado abriu mão de uma receita, somente no ano de 2017, de R$ 9 bi e 200 milhões. Recursos financeiros que abasteceriamo seu caixa. Dotesouro Estadual. Já abatido com quedas na arrecadação. Efeitos das crises de 2008 e de 2016. A projeção é de que no exercício de 2018 as concessões teriam atingido R$ 9 bilhões e 800 milhões. Um montante significativo. Em tempos de crise global. Pós-crash de 2008. Nos EUA, Ásia e Europa.

- Assim como da turbulência internacional, das crises cíclicas do capitalismo contemporâneo e da guerra comercial entre Estados Unidos das Américas e a China. O treslouco republicano Donald Trump versus Xi Jinping.

> **Estado de Goiás não estaria transferindo os recursos para as empresas que concedem empréstimos e créditos consignados aos servidores"**

SEM EMPREGOS

Apesar dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo de Goiás, não há como aferir a geração de emprego, renda, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável com as benesses obtidas pelo capital. É que, no século 21, as inovações tecnológicas no processo produtivo têm sepultado profissões e postos de trabalhos formais. Um deputado estadual, que prefere não se identificar para o leitor do DM, diz que Goiás, hoje, 'rivalizaria' com a Zona Franca de Manaus.

- Para ser a Casa da Mãe Joana [Em tom de ironia acústica. Humor ácido. Seco. Negro]

DEUS MERCADO

O parlamentar, com a garantia do seu anonimato, frisa que Goiás se transformou no paraíso fiscal no Brasil. Dados reais. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás, TCE-GO, determinou à Casa Verde de um corte de 9% no montante dos incentivos fiscais. A proposta do senador da República e governador do Estado eleito, no primeiro turno, de 2018, Ronaldo Caiado, do Democratas [DEM], é de cortes de até R$ 1 bilhão de reais. A proposta está em negociação.

- Com o 'Deus Mercado.'

O TAMANHO DO BURACO DA CRISE DO GOVERNO DE GOIÁS

63 mi Bolsa Universitária	**500 mi** Agetop	**ABC** 4 meses de atraso de pgto aos fornecedores	**280 mi** Saúde–OSs	**Funcionalismo** Salários de novembro e dezembro	**Créditos consignados** Valores mantidos sob sigilo
Goiás na Frente Faltariam 62% dos repasses	**Polícia Militar** Cortes em 25% dos gastos com combustíveis	**120 mi** 246 prefeituras municipais	**9%** De cortes nos incentivos fiscais. Determinou o TCE		

DIÁRIO DA MANHÃ 04/12



Fio Direto

SUELY ARANTES

Leilão de dívidas

A Secretaria de Desenvolvimento de Goiás (SED) está chamando as empresas beneficiárias do Programa Fomentar e que tenham interesse na liquidação antecipada dos seus saldos devedores para participarem do seu 40º Leilão , que será realizado nos dias 20 e 21 de dezembro , no 5º andar do Palácio Pedro Ludovico , das 8 às 18 horas.

Exigências

As empresas interessadas deverão estar rigorosamente regulares com suas obrigações tributárias, financeiras e acessórias, isentas de qualquer inadimplência O leilão consiste na liquidação antecipada dos saldos devedores apurados no período de 1º de maio de 2018 a 31 de outubro de 2018, oriundos dos contratos de empréstimos firmados com as empresas beneficiárias do Fomentar .

DIÁRIO DA MANHÃ 04/12

PODER JUDICIÁRIO

Governo de Goiás condenado a nomear Dois mil aprovados em cadastro reserva do Concurso da Extinta Aganp

Após 12 anos de ação civil pública, o Estado de Goiás deverá proceder com a nomeação de 2 mil aprovados em concurso para o cadastro reserva da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp), realizado em 2006. A decisão é do Supremo Tribunal Federal (STF). Flávio Coutinho, Presidente da Comissão dos Aprovados no Cadastro de Reserva do Concurso da Aganp, alerta para o fato de que muitos aprovados poderão perder a nomeação por falta de ciência da convocação iminente, e por isso, torna pública a convocação



Silvana Marta
Da editoria de Cidades

CONCURSO

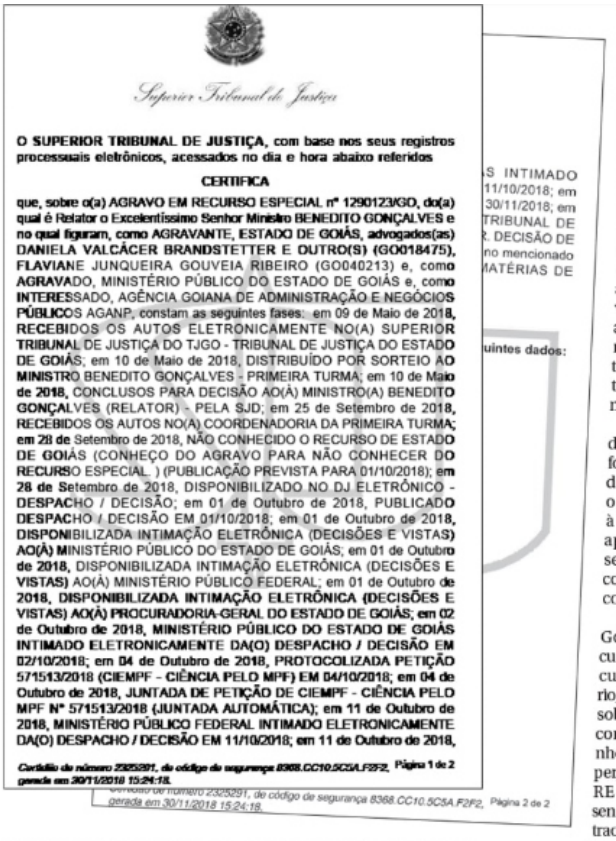
Em janeiro de 2006 a extinta Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos – AGANP, vinculada ao Estado de Goiás, publicou os Editais nº 01, 02 e 03/2006 para abertura do concurso público para provimento de cargos de seu quadro de pessoal. Os referidos editais ofereciam um total de 2.633 vagas, além da previsão de cadastro de reserva técnica.

Em abril de 2006, o resultado final foi homologado. Entretanto, logo em seguida, travou-se uma verdadeira batalha pela nomeação dos concursados e exoneração dos servidores comissionados e temporários. Flávio Coutinho, Presidente da Comissão dos Aprovados no Cadastro de Reserva do Concurso da Aganp, à época, mobilizou a Comissão dos Aprovados da AGANP, e a nomeação dos 2.633 candidatos aprovados dentro do limite de vagas ocorreu até dezembro do mesmo ano.

Flávio Coutinho explica que 440 vagas foram desocupadas em decorrência da aprovação de candidatos em mais de um cargo ou de concursados que desistiram de tomar posse.

Porém, surgiu uma situação de insegurança com a edição do Decreto nº 6.584/06 que manteve todos os comissionados da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo em seus respectivos cargos até janeiro de 2007.

A fim de resguardar o direito dos candidatos aprovados de serem nomeados, na iminência de expirar o prazo de validade dos três concursos, o governador do Estado editou, em 2007, um decreto que convocava parte do pessoal classificado na reserva técnica para assumir as 440 vagas remanescentes.



Superior Tribunal de Justiça

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1290123/GO, do(a) qual é Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro BENEDITO GONÇALVES e no qual figuram, como AGRAVANTE, ESTADO DE GOIÁS, advogados(as) DANIELA VALCÁCER BRANDSTETTER E OUTRO(S) (GO018475), FLAVIANE JUNQUEIRA GOUVEIA RIBEIRO (GO040213) e, como AGRAVADO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS e, como INTERESSADO, AGÊNCIA GOIANA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS PÚBLICOS AGANP, constam as seguintes fases: em 09 de Maio de 2018, RECEBIDOS OS AUTOS ELETRONICAMENTE NO(A) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TJGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS; em 10 de Maio de 2018, DISTRIBUÍDO POR SORTEIO AO MINISTRO BENEDITO GONÇALVES - PRIMEIRA TURMA; em 10 de Maio de 2018, CONCLUSOS PARA DECISÃO AO(À) MINISTRO(A) BENEDITO GONÇALVES (RELATOR) - PELA SJD; em 25 de Setembro de 2018, RECEBIDOS OS AUTOS NO(A) COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA; em 28 de Setembro de 2018, NÃO CONHECIDO O RECURSO DE ESTADO DE GOIÁS (CONHEÇO DO AGRAVO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL) (PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA 01/10/2018); em 28 de Setembro de 2018, DISPONIBILIZADO NO DJ ELETRÔNICO - DESPACHO / DECISÃO; em 01 de Outubro de 2018, PUBLICADO DESPACHO / DECISÃO EM 01/10/2018; em 01 de Outubro de 2018, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS; em 01 de Outubro de 2018, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; em 01 de Outubro de 2018, DISPONIBILIZADA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (DECISÕES E VISTAS) AO(À) PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS; em 02 de Outubro de 2018, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) DESPACHO / DECISÃO EM 02/10/2018; em 04 de Outubro de 2018, PROTOCOLIZADA PETIÇÃO 571513/2018 (CIEMPF - CIÊNCIA PELO MPF) EM 04/10/2018; em 04 de Outubro de 2018, JUNTADA DE PETIÇÃO DE CIEMPF - CIÊNCIA PELO MPF Nº 571513/2018 (JUNTADA AUTOMÁTICA); em 11 de Outubro de 2018, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL INTIMADO ELETRONICAMENTE DA(O) DESPACHO / DECISÃO EM 11/10/2018; em 11 de Outubro de 2018,

Certidão de número 2325291, de código de segurança 8368.CC10.5C5A.F2F2. Página 1 de 2 gerada em 30/11/2018 15:24:18.

Certidão de número 2325291, de código de segurança 8368.CC10.5C5A.F2F2, Página 2 de 2 gerada em 30/11/2018 15:24:18.

CADASTRO DE RESERVA

No entanto, ainda existiam mais de 2 mil candidatos aprovados no cadastro de reserva dos três concursos.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

O Ministério Público ajuizou a Ação Civil Pública sob nº 135601-52.2007.8.09.0051 sustentando, dentre outros argumentos, que existiam servidores contratados em regime temporário exercendo indevidamente funções pertinentes aos cargos disponibilizados nos concursos em questão, o que transformou a mera expectativa de direito dos aprovados (mesmo os da reserva técnica) em direito subjetivo à nomeação.

Em setembro de 2013, a ação foi julgada procedente declarando o direito subjetivo à nomeação dos aprovados na reserva técnica nos concursos públicos citados.

O Estado de Goiás interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, vindo a ação ser sobrestada em decorrência do reconhecimento da Repercussão Geral do RE 837.311 RG/PI, sendo o Recurso Extraordinário julgado, o qual reconheceu o direito dos aprovados dentro do cadastro de reserva de serem nomeados, com fundamento na tese de que "o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge [...] Quando surgirem novas vagas [...] e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração".



Flávio Coutinho, Presidente da Comissão dos Aprovados no Cadastro de Reserva do Concurso da Aganp

O ente estatal interpôs agravos contra a denegação dos recursos, mas como não possuem efeito suspensivo, a sentença pode ser perfeitamente executada através de Execução Provisória de forma individual. Entre os meses de outubro de 2017 e novembro de 2018, cento e dezesseis aprovados do cadastro de reserva ajuizaram pedidos de Execução Provisória, foram nomeados e tomaram posse em condição "Sub Judice".

O Agravo em Recurso Especial proposto pelo Estado de Goiás foi julgado improcedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Procuradoria Geral do Estado de Goiás (PGE) foi intimada eletronicamente sobre a decisão em 01 de outubro de 2018. O STF estabeleceu prazo de trinta dias para o Estado interpor novo recurso.

Flávio Coutinho explica que o Estado de Goiás não apresentou recurso dentro do prazo estabelecido pela Justiça e ação transitou em julgado no dia 30 de novembro de 2018. No mesmo dia foi feita a baixa definitiva do processo para o Tribunal de Justiça de Goiás. (A certidão de trânsito em julgado está anexa).

Com o encerramento do processo, o Tribunal de Justiça determina que o Governo do Estado nomeie e dê posse imediata a todos os candidatos aprovados no cadastro de reserva técnica da extinta Aganp, atualmente Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Segplan).

A exceção é para os cargos da área de informática, que estavam envolvidos em outra ação civil pública, já transitada em julgado, e que, portanto, já foram chamados para tomar posse.

O POPULAR 04/12

Proposta de redução dos incentivos será modificada

ASSEMBLEIA Decisão foi tomada pelo governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) após reunião com empresários; ideia é conseguir consenso sobre a matéria para que seja aprovada ainda esta semana

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

A proposta de redução dos incentivos fiscais apresentada na Assembleia Legislativa pelo governo eleito deve ser modificada. O assunto foi tema de duas reuniões durante a tarde de ontem entre Ronaldo Caiado (DEM), empresários e deputados estaduais e um novo texto deve ser apresentado nesta semana, após nova reunião hoje com representantes do setor produtivo.

O democrata, que chegou de Londres ontem pela manhã, dedicou praticamente o dia para debater o assunto, que foi alvo de insatisfações por parte de empresários desde a semana passada, quando o deputado Lívio Luciano (Podemos) apresentou seu relatório a respeito do projeto de reinstituição dos incentivos fiscais com um substitutivo contendo as reduções dos benefícios.

A primeira reunião foi com membros da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), na casa do senador e coordenador da transição democrata, Wilder Morais (DEM), no Setor Marista. No encontro, feito a portas fechadas, os empresários apresentaram uma contraproposta ao projeto que tramita na Assembleia.

O POPULAR apurou que um dos principais pontos discutidos foi a revisão dos cortes nos incentivos de setores como a indústria de veículos automotores, de frangos e carnes, de grãos (principalmente arroz, soja e feijão), laticínios e alcooleiro. Segundo os empresários, esses segmentos seriam mais penalizados que os demais na proposta apresentada.

Esses setores aceitariam pagar mais impostos que os demais, mas pediram que não houvesse mudanças tão "radicais" quanto as que constam no texto que tramita na Assembleia. Os setores mais afetados pela redução são também os que mais têm benefícios. O setor alcooleiro, por exemplo, é o que mais acumula créditos outorgados; já entre as montadoras de veículos, constam renúncias que chegam a R$ 4 bilhões.

Os empresários pontuaram também ter condições de aumentar os investimentos para "melhorar o ambiente fiscal do Estado", o que, segundo eles, aumentaria também a arrecadação, ajudando o primeiro ano do governo Caiado. Isto é, pela proposta do setor produtivo, o aumento dos investimentos poderia compensar a não perda dos incentivos. Os dois lados voltam a debater o assunto hoje.

Assessoria



Governador eleito Ronaldo Caiado, sobre incentivos fiscais: "Não há previsão de perda de empresas"

> *"Não há nenhuma previsão de perda de empresas, até porque Goiás continua longe dos outros Estados em incentivos"*
>
> **Ronaldo Caiado (DEM), governador eleito**

PERDAS

Questionado se alterações não podem fazer empresas deixarem o Estado, Caiado diz que "não há nenhuma previsão de perda de empresas." "Até porque Goiás continua muito longe dos outros Estados em termos de incentivos fiscais. A análise que está sendo feita é para que os cortes não tirem a competitividade diante de outros Estados", afirmou.

Ao POPULAR, na semana passada, o CEO da Caoa, Carlos Alberto de Oliveira Andrade, disse que, ao sinal de qualquer alteração nos incentivos, fechará as fábricas que têm no Estado e as levará para São Paulo. Segundo ele, isso faria Goiás perder mais de 200 mil empregos.

Sobre o assunto, Caiado minimizou. "Ele havia dito 80 mil empregos. No último relatório feito pela Secretaria da Fazenda constam 1.414 funcionários. Então, temos que ponderar os incentivos já concedidos e as contrapartidas e o número de empregados. É isso que baliza uma empresa estar ou não em Goiás."

DEPUTADOS

O assunto incentivos foi um dos principais entre os debatidos por Caiado com os deputados ontem, em um hotel da cidade. A reunião se estendeu noite adentro e reuniu 27 parlamentares. A expectativa é de que o projeto dos incentivos possa ser aprovado nesta semana na Casa. Se não passarem neste ano, as mudanças não valerão para 2019 e o objetivo de Caiado é contar com maior arrecadação em seu primeiro ano de governo.

Caiado irá debater recuperação fiscal do Estado em Brasília

Em reunião com os deputados ontem, o governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) também apresentou números da situação fiscal do Estado. Foi acompanhado por servidores da Secretaria da Fazenda (Sefaz) que compõem a equipe de transição de governo.

À imprensa, o democrata disse que sua intenção era "trazer a realidade fiscal do Estado", porque precisará "tomar algumas decisões, que terão de ser aprovadas ainda neste ano (pela Assembleia) para que possamos pedir, depois, ações junto ao governo federal."

Uma dessas medidas, segundo Caiado, é solicitar um "regime especial de recuperação fiscal exclusivo para Goiás". "Para isso, temos de tomar medidas, tanto que pretendo fazer reuniões com (futuro ministro da Economia) Paulo Guedes e discutir com o atual ministro da Fazenda."

Caiado, porém, não detalhou como será esse regime de recuperação. "Não posso falar, porque não tenho sequer o sinal verde e nem as propostas foram colocadas ainda. Teremos uma primeira reunião com o Tesouro e com o Ministério da Fazenda para podermos avançar."

À reportagem, membros da equipe do democrata disseram que um dos pontos discutidos por Caiado com a equipe de Bolsonaro é uma nova renegociação da dívida externa do Estado que tem aval da União. Caiado vai a Brasília amanhã.

SECRETARIADO

Questionado sobre o anúncio de sua equipe, Caiado riu e desconversou: "Estou focando nos assuntos mais emergenciais". Como mostrou o *Giro* de ontem, o anúncio de secretários por Ronaldo Caiado (DEM) deve ficar para o fim da semana.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Futuro ministro Paulo Guedes será consultado sobre recuperação fiscal

O POPULAR 04/12

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Ultimato

A Secretaria Estadual de Saúde publicou portaria obrigando a Organização Social Idtech a substituir efetivos do Estado, que não são da SES mas atuam na Hemorrede, por funcionários contratados em regime celetista. A instituição assumiu a gestão da rede em novembro e terá até 4 de fevereiro para resolver a situação.

O POPULAR 04/12

ECONOMIA

Emater entrega novos laboratórios de tecnologia em Goiânia

PESQUISA Complexo recebeu R$ 4,5 milhões em investimento e dará continuidade a trabalhos como o desenvolvimento de mudas de frutas livres de doenças

Carla Guimarães
carla.guimaraes@opopular.com.br

Wildes Barbosa



Pedro Arraes, José Eliton e Lúcia Vânia visitam novos laboratórios da Emater

Com investimentos de R$ 4,5 milhões, o complexo de laboratórios de tecnologia da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) foi inaugurado ontem em Goiânia, em área própria da agência, no setor Chácaras Califórnia, ao lado do Campus II da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Construído em 15 meses, segundo a agência, o complexo possui quatro centros de capacitação e desenvolvimento de pesquisas, distribuídos nas seguintes áreas: entomologia e controle biológico; fitopatologia e sementes; solos e resíduos; e cultura de tecidos, biofábrica e biotecnologia. Ainda integra o complexo uma agroindústria de alimentos para desenvolvimento de projetos da área social.

Presente na inauguração, o governador José Eliton disse que investir em ciência e tecnologia "é fundamental para o desenvolvimento do Estado e da Nação". Afirmou que a unidade "terá impacto profundo para as próximas gerações".

Tanto laboratórios quanto a agroindústria já faziam parte da estrutura da Emater. Ambos funcionavam na mesma área, que ocupa um total de 7 hectares, porém, em outros prédios. Agora contam com equipamentos novos e total reestruturação, segundo a assessoria de imprensa da agência. A equipe que já atuava nos locais está mantida, sendo cerca de cem pessoas ao todo, entre pesquisadores e técnicos, ainda conforme a entidade.

Um dos trabalhos já em desenvolvimento no complexo se refere à área de cultura de tecidos: a produção de mudas de banana e abacaxi livres de doenças, dando continuidade ao que vinha sendo realizado.

Segundo a assessoria de imprensa da Emater, o laboratório antigo foi desativado e vai abrigar outra estrutura da agência, ainda não definida.

MUDANÇA

O complexo de laboratórios faz parte do Centro de Inovação Rural de Goiás. O espaço também abriga um centro de treinamentos que está sendo totalmente reformado, com obras previstas para terminarem no primeiro semestre do próximo ano.

O local também abrigará a nova sede da agência. A atual, no setor Leste Universitário e com valor estimado em mais de R$ 10 milhões, está incluída no processo de liquidação da Emater, iniciado em 2011. Ela integra lista de áreas de empresas estatais que serão leiloadas entre os dias 11 e 12 deste mês, conforme mostrou reportagem do POPULAR, no dia 28 de novembro.

Segundo a assessoria da agência, a mudança da sede atual só ocorrerá quando a nova for entregue, o que está previsto para o segundo semestre de 2019.

O POPULAR 04/12

Investimento foi de R$ 89 mil

BOLSA UNIVERSITÁRIA Valor, que pode ter que ser ressarcido caso seja confirmada má fé, é referente ao benefício recebido pela estudante de Medicina suspeita de fraude em 28 meses

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

A aluna do curso de medicina da Faculdade Alfredo Nasser Inddira Rodrigues Barbosa, que foi beneficiada com descontos nas mensalidades por 28 meses, poderá ter que devolver R$ 89,8 mil aos cofres públicos estaduais. A reportagem não conseguiu contato com a estudante, mas segundo informações da Organização das Voluntária de Goiás (OVG), o processo está sendo analisado e ela terá chance de apresentar sua defesa. Se for constatada a má fé no uso do benefício, ela terá que repor o que foi investido em seus estudos com o programa Bolsa Universitária.

Esse total é a soma de doze meses de mensalidade integral do curso de medicina no valor de R$ 7 mil, mais seis meses de descontos no valor de R$ 300 e outros dez meses com descontos de R$ 400, aos quais ela teve benefício depois de ser contemplada pela OVG. O valor e forma do ressarcimento dependerão do resultado do processo administrativo. Ainda segundo a OVG, o desconto foi reduzido depois que a aluna não obteve a média de notas exigida para manter o bônus da integralidade.

Promotora de Patrimônio Público do Ministério Público de Goiás (MP/GO), Villis Marra apura a suspeita de fraude. Ela informou que a investigação contra a estudante começou depois de denúncia ao Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) em setembro deste ano. Segundo a apuração, o estilo de vida e a ostentação evidenciada nas redes sociais foi o principal motivo da suspeita. O MP-GO recomendou, o que foi acatado pela OVG, a suspensão do benefício da estudante, por não preencher os requisitos sociais e econômicos do programa.

Inddira mora em uma casa alugada em um condomínio fechado, com aluguel de R$ 6 mil, ostenta viagens pelo exterior nas redes sociais, além de ter se casado em Las Vegas, nos Estados Unidos, em 2016, quando iniciou o curso de Medicina e foi beneficiada como uma das nove pessoas no Estado que receberam o desconto integral para fazer o curso na área da saúde. Ela vive em regime de união estável com um empresário que, segundo apuração do POPULAR, publicada no último sábado, tem duas empresas ativas, uma delas com capital social de R$ 5 milhões.

R$ 7 mil

é o valor da bolsa integral do curso de Medicina oferecido pela OVG, que a estudante recebeu durante um ano

Segundo a promotora, a estudante e o marido já foram ouvidos e o empresário confirmou ser o responsável financeiro da mulher, mas que as empresas que mantém passam por dificuldade. Mesmo assim a promotora entende que a mulher não atende aos requisitos básicos para ser beneficiária. Entre as exigências da OVG, para conseguir uma bolsa parcial, a renda bruta familiar deve ser de até seis salários mínimos e o estudante não pode possuir diploma de curso superior, além de ter apenas um imóvel. No caso da bolsa integral, a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos, não possuir diploma de curso superior e também ter apenas um imóvel.

OVG

Até agora, 589 estudantes tiveram seus benefícios revisados e suspensos, desde a criação do programa, em 1999. A entidade informou que todos os benefícios deverão passar por conferência e que está tomando todas as ações para detectar e eliminar quaisquer fraudes. A OVG também informou a intenção de realizar campanha de conscientização para que os próprios alunos denunciem quando suspeitarem de alguma irregularidade.

Atualmente a OVG mantém benefício parcial para 23.993 estudantes e 2.505 estudam com descontos integrais nas mensalidades. Deste total, 39 são do curso de Medicina. A OVG também reforçou que entre medidas serão tomadas para aumentar o controle e rigidez da análise dos requisitos na concessão da bolsa universitária. Um novo sistema de informática será utilizado a partir de janeiro e exigirá no período de inscrição e na renovação semestral do benefício, a comprovação das informações prestadas no início do processo. Os estudantes terão, inclusive, que anexar cópias digitais dos documentos.

A recomendação do MP-GO também é de que se realize avaliações periódicas, de preferência anualmente, nos benefícios concedidos, a fim de apurar se os alunos beneficiários ainda mantêm os requisitos necessários a concessão da bolsa universitária. A OVG reforçou que essas ações estão sendo tomadas, inclusive, com intensificação das visitas. No caso da estudante de Medicina, em visita à casa do pai dela, em Ipameri, técnicos da OVG constataram uma realidade adequada aos critérios, mas a suspeita é de que ela tenha omitido a relação estável com o empresário milionário.

O POPULAR 04/12



XADREZ

xadrez@ohoje.com.br
RUBENS **SALOMÃO**

Situação crítica

O senador Ronaldo Caiado (DEM) afirmou que não tem jeito: a solução da situação financeira de Goiás passa por processo de "recuperação fiscal". O termo assusta, até pela comparação com o que ocorre no Rio de Janeiro, mas não é bem assim.

Explica aí

O futuro governador faz referência a processo de renegociação de dívidas estaduais junto à União. O acordo não teria sido cumprido pela atual gestão, que aumentou gastos e atrasou parcelas. Com isso, o jeito é buscar novo acordo federal.

Via Brasília

"A única saída que é apresentada é um regime de recuperação fiscal e para isso nós temos que tomar algumas medidas em Goiás. Tanto que pretendo fazer reuniões nesta semana com o ministro da Economia, Paulo Guedes", conta Caiado.

Tucano lá...

De Caiado, segue o silêncio, mas ganha força nos bastidores o nome do deputado estadual reeleito, Diego Sorgatto (PSDB), para comandar a futura Secretaria do Entorno do DF.

E cá...

Se a indicação foi confirmada, o futuro governador definiria o retorno do atual líder governista, Francisco Oliveira (PSDB), ao mandato. Chiquinho é o primeiro suplente e já tem tentado virar o disco, buscando trânsito entre caiadistas.

Bolso deles

Depois da licença prêmio aprovada e sancionada, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) agora aprova resolução que torna efetivo o reajuste do subsídio da magistratura goiana. A decisão é referente ao aumento de 16,38% do STF.

Governo mantém atraso de seis meses no Bolsa Universitária

Apesar do discurso de normalidade e de que "tudo está funcionando em Goiás", como tem repetido o governador José Eliton (PSDB), a própria Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) confirma o atraso de seis meses no pagamento do programa Bolsa Universitária. O valor total da dívida é de R$ 54,7 milhões quando somados os débitos com todas as universidades e faculdades que têm alunos beneficiados matriculados. As instituições de ensino, por enquanto, mantêm os estudantes com aulas normais, apesar da falta de quitação por parte do estado. Segundo a OVG, o atraso é algo comum ao longo desta gestão, mas não como a situação atual.



"Conversamos recentemente com o governo do estado. A OVG é uma organização social e, para cumprir o programa de governo, depende do repasse. O que nos foi informado é que todo o esforço da Secretaria da Fazenda é para que seja feito pelo menos o pagamento de parte desse débito", conta a diretora da OVG, Idelma Rodrigues. Entre bolsas integrais e parciais, fica sob risco a formação de 20 mil estudantes.